

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO  
Campus Universitário de Guarapuava  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas – SESA  
Departamento de Ciências Contábeis – DECIC/G

Curso: Ciências Contábeis  
Disciplina: Contabilidade Pública  
C/H semanal: 3 h/a

Série: 2º ano  
Turno: Noite  
C/h total: 102 h/a

Ano: 2010  
Código:0193

EMENTA:

Visão teórica dos fenômenos relacionados com a atividade financeira do estado. Funções básicas do estado. Meios para a manutenção do estado. Serviço público: Serviço privativo do estado- serviço de utilidade pública. Administração pública: organização político-administrativa. Organização da administração pública. Entidades de administração direta, indireta e serviços sociais autônomos . Estudo e evolução das entidades públicas sob o enfoque econômico, financeiro e patrimonial e seus sistemas de informações. A contabilidade pública e o campo de suas aplicações. Orçamento público. Execício financeiro. O patrimônio das entidades públicas. Receitas e despesas públicas. Balanço e prestação de contas. Legislação específica aplicável.

I. OBJETIVOS:

Propiciar aos alunos, o preparo necessário para atuar em órgãos da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades regimentais com desenvoltura, segurança, criatividade e qualidade, fatores que implicam diretamente no resultado da gestão pública. Para isso, é apresentado ao acadêmico a legislação aplicável à Administração e Finanças Públicas, e as normas técnicas de contabilização das operações, encerramento do exercício social e as respectivas prestações de contas

II. PROGRAMA:

1. A Contabilidade Pública e o Campo de sua aplicação
  - 1.1 - Considerações Gerais
  - 1.2 - Conceito
  - 1.3 - Campo de aplicação
  - 1.4 - Ramos de Especialização da Contabilidade Pública
  - 1.5 - Divisão da Contabilidade Pública
  - 1.6 - Legislação aplicável à Contabilidade Pública
  - 1.7 - Dispositivos legais que conferem atuação direta à Contabilidade Pública
  - 1.8 - Importância da Contabilidade na Administração Pública
  - 1.9 - Atribuições do Contador Geral e das Contadorias
  - 1.10- Entidades da Administração Direta
  - 1.11- Entidades da Administração Indireta
2. Orçamento Público
  - 2.1 - Considerações Gerais
  - 2.2 - Conceitos
  - 2.3 - Orçamento Ortodoxo ou Tradicional de Receitas e Despesas
  - 2.4 - Orçamento Programa
  - 2.5 - Previsão e Realização da Receita
  - 2.6 - Fixação, Empenhamento e Realização da Despesa
  - 2.7 - Créditos Adicionais
  - 2.8 – A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
3. Exercício Financeiro
  - 3.1 - Conceito
  - 3.2 - Regime Financeiro
    - 3.2.1 - Regime de Caixa
    - 3.2.2 - Regime de Competência
    - 3.2.3 - Regime adotado na Contabilidade Pública
4. O Patrimônio das Entidades Públicas
  - 4.1 - Formação do Patrimônio
  - 4.2 - Conceito Contábil
  - 4.3 - Aspecto Qualitativo do Patrimônio
  - 4.4 - Aspecto Quantitativo do Patrimônio
  - 4.5 - Confronto entre valores do Ativo e Passivo
  - 4.6 - Avaliação dos componentes Patrimoniais
  - 4.7 - As Variações Patrimoniais
5. Receita Pública
  - 5.1 - Conceito

- 5.2 - Classificação da Receita Pública
- 5.3 - Classificação legal da Receita Orçamentária
- 5.4 - Receita Extra-Orçamentária
- 5.5 - Processamento da Receita Pública
- 5.6 - Estágios da Receita Pública
- 5.7 - Quitações
- 5.8 - Resíduos Ativos ou Restos a Arrecadar
- 5.9 - Dívida Ativa
- 5.10- Restituições de Receitas
- 6. Despesa Pública
  - 6.1 - Conceito
  - 6.2 - Divisão da Despesa Pública
    - 6.2.1 - Orçamentária
    - 6.2.2 - Extra-Orçamentária
  - 6.3 - Classificação da Despesa Pública
    - 6.3.1 - Segundo à Categoria Econômica
    - 6.3.2 - Especificação da Despesa por Elementos
    - 6.3.3 - Especificação da Despesa por Função, Programa, Subprograma, Projeto e Atividades
  - 6.4 - Processamento da Despesa Pública
  - 6.5 - Estágios da Despesa Pública
    - 6.5.1 - Segundo a Lei
    - 6.5.2 - Segundo a realidade
- 7. Tópicos Especiais
  - 7.1 – FUNDEB
  - 7.2 – A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 8. Escrituração
  - 8.1 - Contas da Contabilidade Pública
    - 8.1.1 - Considerações
    - 8.1.2 - Sistema de Contas
  - 8.2 - Plano de Contas
    - 8.2.1 - Considerações
    - 8.2.2 - Elenco e Funcionamento das Contas
  - 8.3 - Contabilidade Analítica
    - 8.3.1 - Livros Obrigatórios
      - a) Diário da Receita Orçamentária
      - b) Diário da Despesa Fixada, Empenhada e Realizada
      - c) Diário do Movimento Extra-Orçamentário
      - d) Diário do Movimento bancário
      - e) Livro Caixa
    - 8.3.2 - Exercícios práticos
  - 8.4 - Contabilidade Sintética
    - 8.4.1 - Escrituração do Sistema Orçamentário
    - 8.4.2 - Escrituração do Sistema Financeiro
    - 8.4.3 - Escrituração do Sistema Patrimonial
    - 8.4.4 - Escrituração das Variações Patrimoniais
- 9. Balanço e Prestação de Contas
  - 9.1 - Balanços Contábeis
    - 9.1.1 - Balanço Orçamentário - Anexo nº 12 da Lei 4.320/64
    - 9.1.2 - Balanço Financeiro - Anexo nº 13 da Lei 4.320/64
    - 9.1.3 - Balanço Patrimonial - Anexo nº 14 da Lei 4.320/64
    - 9.1.4 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo nº 14
  - 9.2 - Prestação e Tomada de Contas
    - 9.2.1 - Considerações
    - 9.2.2 - Prestação de Contas
    - 9.2.3 - Tomada de Contas
    - 9.2.4 - Normas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria
    - 9.2.5 – Provimentos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

### III. METODOLOGIA DE ENSINO:

Aulas expositivas com auxílio de material apostilado, retro-projetor, projetor multimídia;  
 Exercícios de leitura e interpretação da legislação aplicável às Finanças Públicas;  
 Seminários de apresentação de trabalhos científicos;  
 Incentivo à participação do aluno no processo de ensino, por meio de interpelações, sobre os temas debatidos.

Exercícios práticos sobre a contabilização dos eventos analíticos e sintéticos da Contabilidade Pública.

#### IV. FORMAS DE AVALIAÇÃO:

Avaliações escritas sobre os tópicos abordados;  
Avaliações sobre os trabalhos de análise e interpretação da Legislação;  
Avaliações sobre a participação do aluno em classe;  
Avaliações sobre a realização e apresentação de trabalhos em seminários.

#### V. BIBLIOGRAFIA

##### 1. Básica:

1. Contabilidade Pública - João Angélico - Atlas 1988
2. Contabilidade Pública - Teoria e Prática - Heilio Kohama - Atlas, 1991.
3. Contabilidade Publica - Uma Abordagem da Administração Financeira Federal – Roberto Bocaccio Piscitelli e outros - Atlas, 1990.
4. Contabilidade Governamental - Um Enfoque Administrativo - Lino Martins da Silva - Atlas, 2000.
5. A Lei 4.320, de 17 de março de 1964 -Comentada -Heraldo da Costa Reis - 30ª Edição - IBAM.
6. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

##### 2. Complementar:

1. Contabilidade Pública - Armando Aloe - Atlas, 1979.
2. Contabilidade Pública - Benedicto de Andrade - Atlas, 1981
3. O Ensino da Contabilidade Governamental - Uma Abordagem Construtivista da aplicação dos recursos públicos. - Ernesto José da Silva - Dissertação de Mestrado 1998 - UNICAMP/UNICENTRO.
4. Balanços Públicos – Teoria e Prática. Heilio Kohama. São Paulo, Atlas, 1999.
5. Lei nº 8.666/93 ( Lei de Contratos e Licitações).
6. Decreto-Lei nº 200/67.
7. Decreto-Lei nº 201/67.
8. A Lei 4.320 Anotada Revista e Atualizada. Oswaldo Albanez. Ribeirão Preto – SP., Ed. IBRAP, 2000.
9. Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Valmor Slomski. São Paulo: Atlas, 2001.
10. Planejamento Governamental para Municípios. Nilton de Aquino Andrade – São Paulo – Atlas, 2005
11. Lei de Responsabilidade Fiscal, comentada artigo por artigo. Flávio C de Toledo Jr. e outros –São Paulo – NDJ, 2002

Aprovado em 08 / 04 /10

Ata nº 005/2010, Folhas nº \_\_, Livro nº \_\_

Chefe do Departamento Pedagógico: João Francisco Morozini

Nome do Professor: Diocésar Costa de Souza